

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Campanha Da Vale	2
Título: Dedo na tomada	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Eletronorte ameaça cortar ajuda de R\$ 18 mi a índios para forçar linhão	2
Título: Biblioteca não existe, e luz em escola é novidade em cidade com menos verba	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: » Agora vai?	7
Título: Terras raras e outras raridades	7
Título: Replan deve voltar a operar nos próximos dias	8
Título: 'A Vale prometeu demais e entregou de menos'	9

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Ascânio Seleme****Título: Campanha Da Vale**

Muito bonita a campanha Redescobrir da Vale. Mostra uma empresa bem posicionada em algumas das questões que mais importam ao país. A exploração sustentável dos recursos naturais, por exemplo. Pelas imagens e pelo discurso, trata-se mesmo de uma companhia do primeiro time. Só faltou mencionar o Rio Doce, ou o que sobrou dele depois do desastre da Samarco, empresa da Vale que até agora enrola os brasileiros que perderam suas casas e sustento com o lamaçal tóxico que a empresa deixou vazar.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Dedo na tomada**

Os sócios da nova Usina Hidrelétrica Santo Antônio, entre eles Cemig, Furnas, Odebrecht e Andrade Gutierrez, não se entendem nem na hora do cafezinho — se deve ser com adoçante ou com açúcar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 26/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Rubens Valente****Título: Eletronorte ameaça cortar ajuda de R\$ 18 mi a índios para forçar linha**

Waimiris-atroaris reclamam de impacto de projeto para integrar Roraima ao sistema elétrico

A estatal de energia elétrica Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, diz que vai romper um convênio com um grupo indígena situado entre Amazonas e Roraima caso ele não concorde em autorizar a construção de uma linha de

transmissão de energia elétrica que é alvo de pressões do Palácio do Planalto e do governo de Roraima.

Se a Eletronorte cumprir a ameaça, o programa de apoio aos índios poderá perder até R\$ 18 milhões em quatro anos, de acordo com estimativas de indigenistas.

Segundo ofício encaminhado no dia 16 pelo diretor de engenharia da Eletronorte, Roberto Parucker, ao presidente da Funai (Fundação Nacional do índio), Wallace Bastos, “a continuidade dos pagamentos fica condicionada ao cumprimento pela comunidade indígena” de ações para o licenciamento ambiental da linha de energia elétrica.

Entre elas está a manifestação positiva em relação ao plano básico da obra, no quesito indígena, até 15 de novembro deste ano.

O PWA (Programa Waimiri-Atroari) foi criado por indigenistas e técnicos de órgãos públicos estaduais e da Eletronorte em 1987 como uma compensação pelos estragos causados aos índios pela construção da usina hidrelétrica de Balbina.

O programa, que envolve uma série de ações de saúde, educação, proteção do ambiente e apoio à produção, conseguiu estancar o alto índice de mortalidade registrado entre os waimiris-atroaris durante a ditadura militar, atingidos pela construção da BR-174, entre Manaus e Boa Vista.

O número de índios na região pulou de 374, em 1987, para cerca de 2.000 atualmente.

De 1987 a 2013, o programa obteve um total de R\$ 144 milhões, segundo valores informados e corrigidos pela Eletronorte.

Há cinco anos, a Eletronorte assinou um novo termo de compromisso com a Funai e a associação dos waimiris-atroaris com duração prevista de dez anos —é esse o acordo que agora está sob risco.

Desde o início do governo Michel Temer, em 2016, intensificaram-se as pressões do Planalto para a construção do linhão que ligaria Manaus a Boa Vista, ao custo estimado de R\$ 2 bilhões, atravessando cerca de 125 km da terra indígena.

Em maio, **O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, chegou a pedir ao Ministério da Defesa que se manifestasse sobre a hipótese de autorizar, sob alegação de que seria uma obra de relevante interesse para a defesa nacional, que ela atravessasse a terra indígena sem o consentimento dos índios.

Reuniões foram feitas no Palácio do Planalto com Temer e ministros. A bancada de Roraima pressiona por uma solução.

Segundo o governo, a obra é essencial para ligar Roraima ao sistema nacional de geração de energia, pois o estado importa da Venezuela 85% de sua energia consumida.

Com a crise econômica e política no país vizinho, segundo o governo, têm ocorrido problemas no fornecimento.

Segundo Moreira Franco afirmou em maio, de janeiro de 2016 a abril de 2018 ocorreram “82 apagões com desligamento total”.

Ao saber da ameaça da Eletronorte, no dia 21 de agosto os procuradores da República Ana Carolina Haliuc Bragança e Fernando Merloto Soave, de Manaus, emitiram uma recomendação aos órgãos do governo relacionados à obra para que se abstenham de forçar a realização do empreendimento sem antes uma completa discussão com os índios e aprovação esclarecida.

lá há uma decisão da Justiça Federal em favor dos índios.

“Desde o início do planejamento da implantação da linha de transmissão, ainda em 2008, passaram-se cerca de dez anos, lapso mais do que suficiente para que o governo federal e a Aneel [agência de energia elétrica] pudessem implantar medidas alternativas para suprir o fornecimento de energia elétrica no estado de Roraima”, escreveram eles.

A associação dos waimiris-atroaris também reagiu à ameaça da Eletronorte, por meio de uma carta de repúdio à Funai.

“Não aceitaremos essa imposição e só nos manifestaremos acerca da linha de transmissão quando nos considerarmos suficientemente esclarecidos sobre seus impactos e as medidas de compensação ou mitigação decorrentes”, afirmou a entidade.

Em nota à Folha, a Eletronorte reiterou que “decidiu que a continuidade dos pagamentos estabelecidos no termo fica condicionada ao cumprimento pela comunidade indígena waimiri-atroari da proposta que contempla ações no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental”.

Segundo a estatal, “as obrigações assumidas” pela Funai e pela associação indígena, “em especial o acesso à terra indígena” para realização “dos estudos ambientais referentes ao licenciamento e implantação da linha de transmissão Manaus-Boa Vista, não estão sendo cumpridas, prejudicando o desenvolvimento da região amazônica, em especial do estado de Roraima”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 26/08/2018**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Biblioteca não existe, e luz em escola é novidade em cidade com menos verba

Buriti (MA) tem maior dependência do Fundeb no país; colégios também não têm laboratórios

O ultimo dia 10 foi de celebração na escola Inocência Garcês Machado, zona rural de Buriti. Parte dos alunos, familiares, o único professor dali (que ainda não se formou em um curso a distância) e a própria secretária de Educação se reuniram na unidade, no povoado de Brejinho.

Depois de quase 20 anos de funcionamento, chegou a energia elétrica na escola.

Agora será possível colocar ali um valioso ventilador e uma geladeira para a merenda (que era trazida de moto pelo professor). O som de um alto falante já pôde ser ouvido naquela manhã quente do interior maranhense.

A escola é uma das 67 unidades municipais de Buriti, a 332 km de São Luís, onde estudam 10.366 alunos (20% na educação para jovens e adultos). A maioria das escolas (58) é rural. Essa era a única que não tinha energia, mas ela compartilha outras muitas carências com praticamente todas.

Nenhuma unidade tem biblioteca ou laboratório. Por falta de salas ou professores, todas as escolas rurais colocam na mesma sala alunos de séries diferentes.

“O recurso pedagógico aqui é só falar”, diz a professora de português Maria de Jesus, 42. Não raro, professores pagam do bolso a compra de materiais.

A agricultora Maria Gonçalves, 56, vive a poucos minutos da escola que recebeu a luz. Sua casa de barro e madeira permanece às escuras.

As duas netas de Maria (Taíla, 2, e Osllen, 5) estudam na escola vizinha, que atende só da educação infantil ao 5º ano. O que também é comum nas escolas rurais e representa um desafio: quem avança tem que se deslocar até o centro.

“Aqui o mais difícil é a água, que tem que buscar e, para minha filha, ir para a escola”, diz.

Maria de Fátima, 16, acorda às 4h30 e ajuda na roça antes de iniciar o trajeto de uma hora a pé entre a casa e a estrada de terra onde passa o ônibus escolar. Depois são 20 minutos até a cidade. “Quero continuar a estudar, mas penso em desistir todos os dias”, diz ela, no 1º ano do ensino médio.

Com 28.306 habitantes, Buriti tem o menor orçamento de educação per capita do país, praticamente todo vindo do Fundeb. Segundo dados de 2015, eram R\$ 242 por mês (ou R\$ 2.911,94 no ano).

A secretária de Educação, Rosinalva Cardoso, não esconde as dificuldades. “Temos muito alunos não alfabetizados no 6º ou 7º ano”, diz. Dos 189 alunos do 9º ano que fizeram a última avaliação federal, só 4 (2%) tinham o aprendizado adequado em matemática. É a metade do apurado no estado do Maranhão (no Brasil esse índice é de 13%).

“Eu me sinto frustrada porque a maioria das coisas que queria fazer não consigo”, completa a secretária.

As escolas funcionam em turnos de quatro horas. Desde a volta às aulas até meados de agosto não havia merenda porque, segundo a secretária, o automóvel que distribui os alimentos estava quebrado.

Presidente da Undime (que agrega os secretários municipais de educação), Alessio Costa Lima reforça que a situação dos municípios é bastante crítica. “Muitos estão em colapso. Os recursos não são suficientes para pagar a folha.”

Pela média, o gasto anual por aluno no Brasil passa de R\$ 6.000. Mas só em 11% dos municípios isso é uma realidade. O restante recebe bem menos que isso.

Nas discussões sobre o Fundeb, tem ganhado força a necessidade de distribuir os recursos a partir da realidade dos municípios (hoje, todas as cidades de um estado recebem o mesmo valor).

Em Monteiro Lobato (a 150 km de SP), mais de 90% das receitas vêm de transferências do governo federal e do estado. Mas, sem um olhar especial para as dificuldades locais, o próprio Fundeb não alterou muito a realidade de recursos do município.

Segundo projeção do Todos Pela Educação, o fundo fez crescer em apenas 2% o valor anual que já havia para aplicar na educação. Hoje a cidade conta com investimento anual de cerca R\$ 5.500 por aluno (62% oriundos do Fundeb).

A secretária de Educação, Ellen Bertolini, diz que tem priorizado a aplicação dos recursos na formação dos professores. Mas a própria desigualdade regional complica a vida: professores trocam a rede pelas cidades vizinhas mais ricas,

como São José dos Campos. “A gente forma os professores e acabamos por perder profissionais competentes porque não conseguimos pagar salários melhores”, diz.

Arranjos intermunicipais também devem fazer parte das novas regras de distribuição do Fundeb, defendem especialistas. Paulo Saldaña e Flávia Faria

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Agora vai?

Coluna do Estadão

O Planalto fará esforços para construir o Linhão de Tucuruí, reduzindo a dependência de Roraima da energia importada da Venezuela. O Estado é o único que não está ligado ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

» Apagão. **O ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** admitiu à Coluna que o governo “está perseverando para solucionar o problema que se arrasta há 10 anos”. O impasse está na licença ambiental, uma vez que a obra passa por terra indígena. “Nosso sofrimento sem energia é indescritível”, resume a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita (MDB).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Terras raras e outras raridades

Agora não há mais, como antigamente, corridas ao ouro, à prata e às esmeraldas. Hoje são por outras preciosidades e já não se fazem por meio de aventureiros ou por garimpeiros sedentos por pepitas reluzentes.

Um texto publicado no site do Fórum Econômico Mundial em agosto lista novas riquezas que estão despertando a cobiça das empresas de mineração: terras raras (conjunto de 17 elementos químicos com características similares e funções variadas) e outros metais cujos nomes se aprendem nas aulas de química, como gálio, índio, cobalto e tungstênio. Essa lista poderia ser

completada com nióbio (aquele do antigo bordão do Enéas), vanádio, lítio e quartzo.

O presidente da companhia, Fábio Schvartsman, anunciou investimentos de US\$ 8 bilhões a serem realizados em 2019 e 2020 em minas no Pará e no exterior. A Horizonte Minerals, por sua vez, passou a revisar estudos da década passada com o objetivo de desenvolver as minas de níquel Araguaia e Vermelho.

Embora tenha grande potencial, o Brasil enfrenta dificuldades para produzir outros materiais com demanda crescente. Ex-presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o professor da Escola Politécnica da USP Fernando Landgraf se especializou no estudo das terras raras. O Brasil detém a segunda maior reserva desse tipo, mas enfrenta a forte concorrência da China, responsável por cerca de 95% da produção global. "É difícil vencer essa barreira e encontrar investimentos para a produção nacional em escala competitiva."

As reservas de quartzo do Brasil, por sua vez, são as maiores do mundo. Cerca de 300 mil toneladas são exportadas anualmente. No entanto, produtos de maior valor agregado como o silício eletrônico, produzido com esse mesmo quartzo e usado na produção de painéis fotovoltaicos e em semicondutores de energia, são feitos lá fora e importados pelo Brasil. "Poderíamos até conseguir capital para desenvolver a cadeia produtiva por aqui, mas esbarramos na complexidade das leis brasileiras e na pesada carga tributária", observa o ex-superintendente de energias renováveis de Itaipu Cícero Bley Jr. Em consequência da alta carga tributária incidente sobre o preço da energia elétrica, por exemplo, ficam prejudicadas não só a produção de alumínio, como, também, de lítio.

A listagem dos obstáculos à produção desses materiais no Brasil não caberia neste espaço. Mas o fato preponderante é o de que a demanda mundial vai disparar. Deixar que tal riqueza siga enterrada é desprezar mais uma enorme oportunidade histórica.

Com Raquel Brandão

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Replan deve voltar a operar nos próximos dias

A Petrobrás pretende retomar a operação da refinaria Replan, em Paulínia (SP), nos próximos dias. A empresa informou que já estava tomando as medidas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Na sexta-feira, o órgão condicionou a retomada à apresentação de documentos que atestem a segurança da operação. "A companhia está providenciando os documentos para comprovar o isolamento das áreas atingidas pelo fogo e, assim, liberar as unidades não afetadas."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Batista, Mônica Ciareli e Mônica Scaramuzzo / Rio

Título: 'A Vale prometeu demais e entregou de menos'

Entrevista : Fabio Schvartsman, presidente da Vale

Para Schvartsman, mineradora precisa ser mais previsível para dar mais segurança a quem comprar ações

Depois de um desembolso bilionário de quase US\$ 15 bilhões para erguer o maior projeto de mineração integrado com ferrovia do mundo, a Vale, líder global do setor, vai adotar uma estratégia menos agressiva de investimentos no curto prazo. O foco principal agora é tratar bem o mercado financeiro, remunerando melhor os acionistas, disse Fabio Schvartsman, presidente da companhia, ao Estadão/Broadcast. Afetada pela pior crise de sua história - o rompimento das barragens da Samarco, em Mariana (MG), no fim de 2015 -, a gigante brasileira, sócia na empresa com a australiana BHP, tenta retomar a operação no local. Schvartsman afirmou que tudo vai ser reconstruído.

Quais são os planos de expansão da Vale?

A Vale vive um momento especial, que é a combinação de um cenário global excelente do minério de ferro e uma oportunidade futura para desenvolver a área de metais básicos. A volatilidade dos preços do minério diminuiu. A Vale já está bem posicionada em matéria-prima de alta qualidade, com o projeto de Carajás (S11D).

Diante desse cenário, quais serão os futuros investimentos?

Antes de responder a esta questão, temos de lembrar que a Vale concluiu um grande investimento. Vamos limitar a nossa produção anual a 400 milhões de toneladas de minério. Nossa capacidade é de 450 milhões. Essa reserva será

usada se os preços do minério voltarem a subir. A Vale viveu o superciclo. Mas, no fim do dia, foi um desastre para as empresas.

A Vale cogitou a aquisição da Xtrata durante o superciclo...

Não só a (anglo-suíça) Xtrata, mas a (canadense) Alcan. Fizemos a aquisição da Inco, de níquel e cobre (no Canadá). A Vale entrou sem se dar conta de que não entendia nada do assunto. Minério de ferro é um negócio de logística. Escala é importante.

Mas a Vale ainda sofre pressão para comprar ativos?

Mudanças a gente faz logo que entra. A principal que fiz (o executivo assumiu em maio de 2017) não foi só a do prédio (da sede da Vale), mas de governança. A única maneira de conseguir tornar a empresa melhor é que ela não esteja sujeita a pressões inadequadas.

Quais seus planos para a Vale, considerando as dificuldades de obter licenças?

Acreditamos que, neste momento, é muito importante tratar bem o mercado acionário. Vamos pagar dividendos polpudos a partir de uma política agressiva que já rendeu US\$ 2 bilhões aos acionistas (já aprovada), que veio para ficar. Além disso, separamos US\$ 1 bilhão para recomprar ações da Vale.

Por que esse movimento?

Queremos dar segurança e previsibilidade para quem comprar as ações. A Vale tem de ser mais previsível.

Mas não era assim antes?

A Vale prometeu demais e entregou de menos. Essa é a diferença. Temos de ser transparentes e a governança é importante. Sem a figura de um controlador (que deixou de existir com a reestruturação societária em 2017), a influência de um terceiro fica muito menor. Aqui não tem mais controlador. Quem decide é um conjunto de acionistas.

O que a empresa tinha prometido e não entregou, por exemplo?

A Vale teve um período de euforia com o superciclo, quando todos os minérios atingiram preços estratosféricos. Só que depois da euforia veio a depressão (dos preços). A Vale tentou prometer que iria entregar resultado, mas como o cenário continuou ruim, não entregou. Tem de prometer em cima de fatos.

Como se faz isso?

Criando valor ao negócio, como fizemos. Temos um tipo de minério, que já é referência, baseado na mistura de matéria-prima de baixa qualidade com a de alta qualidade. Já produzimos cerca de 100 milhões de toneladas desse minério, de um total de 400 milhões de toneladas da nossa produção.

As vendas de ativos foram concluídas?

Sim. Depois da governança, foi um dos nossos melhores programas. Ajudou a reduzir a dívida pela metade nos últimos 12 meses, de cerca de US\$ 22 bilhões para US\$ 11 bilhões. Resultado de uma combinação de desinvestimento e melhoria das operações.

E os novos investimentos?

A estimativa é de US\$ 8 bilhões entre 2019 e 2020. A Vale só fará investimentos onde tiver retorno. Não iremos diversificar no curto prazo. Agora é fazer crescimento orgânico e pequenas aquisições que façam sentido aos nossos projetos. Vamos desenvolver projetos em níquel e cobre, por exemplo.

Fora do País?

Não. Nossas reservas estão basicamente no Brasil, que é o grande mercado da Vale.

Por isso voltou a fazer campanha de marketing?

A Vale é uma empresa extremamente importante para o Brasil. E o Brasil extremamente importante para a Vale, especialmente em Minas Gerais, Pará, Espírito Santo e Maranhão, onde está o grosso das nossas operações. A diretoria da Vale entende que é obrigação da companhia cuidar bem das comunidades do entorno. A Vale sempre fez bem o que ela se comprometeu a fazer. Só que queremos ir além.

Mas há uma crise de imagem após o acidente da Samarco...

A Fundação Renova (Samarco, Vale e BHP) tem feito um trabalho excelente. (A Renova) abriu mão do direito de defesa. Foi um desastre. Ninguém fez isso de caso pensado. Um acordo (com Ministério Público Federal e outras autoridades) foi fechado, mas o processo é lento. Temos o compromisso de reparar tudo.

Será o seu legado recuperar essa imagem?

Prefiro dizer que quero que a Vale se torne referência de sustentabilidade no Brasil e no mundo. Que haja claríssima recuperação de valor na companhia.

Quanto mais valiosa a Vale, melhor para seus acionistas e empregados e para o País.

As incertezas eleitorais preocupam a Vale?

Em primeiro lugar, a Vale vai ter de trabalhar com qualquer governo, independentemente de quem for eleito. Tudo o que a Vale faz depende de concessões. Portanto, tem relação com o governo. Não há a menor dúvida. E tem de ser uma relação natural.

MME / ASCOM .